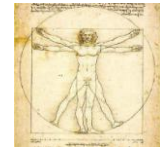




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ÉTICA E MORAL PARA ENGENHEIROS
 UFPR - ST - DEQ / DEBB



(Primeira redação em março de 2.012. Segunda redação em fevereiro de 2.013.)

Uma intuição verdadeira, sempre é confirmada pela razão.

O fato de uma idéia ter sido primariamente apresentada a uma coletividade num contexto religioso, não impede que venha a ser incorporada ao campo científico ou da ética – estudo do comportamento adequado individual – desde que satisfaça ao crivo racional.

Algumas Razões para Não Censurar Eticamente a Ninguém.

Immanuel Kant defende que as atitudes humanas são compreendidas em termos de intenções. Desta forma uma determinada ação seria considerada certa ou errada, não por ela mesma, mas sim pelos motivos reais do agente. A veracidade de tal conceito pode ser demonstrada pelo exemplo já apresentado, que efetivamente ocorre de tempos em tempos no cotidiano. O daquela mãe, que procurando atender à prescrição do pediatra e na tentativa de baixar a febre de seu bebê e o curar ou salvar-lhe a vida, inadvertidamente lhe dá um banho quente demais, o escalda e o mata. Observe que foi a ação desta mãe que tirou a vida de seu filho, de modo que objetivamente ela o matou. No entanto, apesar de nosso espanto com o ocorrido, não a rotulamos de assassina, pois conhecemos os profundos laços naturais de amor que ligam as mães à sua prole e deduzimos que a real intenção desta mãe era de fazer um bem à criança e não de a matar. Se por outro lado, um estranho efetuasse exatamente a mesma ação, tenderíamos a considerar que esta teve uma motivação extremamente má e seríamos levados a condená-lo. Observe mais uma vez que a ação foi exatamente a mesma, mas a suposição dos motivos que levaram a ela, efetuaram toda a diferença na sua avaliação. Por outro lado, observe também que os motivos das pessoas para as suas condutas são por norma, ignorados. Desta forma, a mãe que foi inocentada, poderia ser insana e ter realizado o ato com a intenção de tirar a vida de seu filho. Já o estranho condenado, poderia na verdade estar tentando fazer um bem ao bebê. Consequentemente, na perspectiva acima exposta, não são os atos objetivos que recebem uma avaliação ética e sim os motivos que levam a eles. Mas como os reais motivos dos indivíduos são ignorados, não se pode com segurança censurar o comportamento de ninguém.

Sócrates foi um dos maiores pensadores da humanidade. Sua importância para a filosofia é tal que, por exemplo, classifica-se a filosofia antiga em pré-socrática e pós-socrática. No campo da ética, suas conclusões estão fundamentadas no binômio: ignorância e conhecimento. Segundo ele, o mal resulta em não saber avaliar os resultados das ações, sendo em absolutamente todos os casos, fruto da ignorância. Já o conceito “Conhece-te a ti mesmo”, gravado no Templo de Delfos, é a primeira espécie de Sabedoria e o único caminho que leva à virtude e à ética. De qualquer modo, segundo ele, o meio de se alcançar a Ética é o conhecimento e a busca deste conhecimento é o objetivo do “método socrático” a ser apresentado oportunamente.

No contexto da presente discussão, retornando ao exemplo da mãe que mata acidentalmente seu filho, observe que tal ocorreu por sua falta de conhecimento. Falta de conhecimento dos limites da natureza humana, no caso, dos limites fisiológicos da criança. Falta de conhecimento também das reais consequências de sua atitude, ou seja, uma falha na avaliação correta da mesma. Em outras palavras, pela ignorância da natureza humana, inclusive da sua própria capacidade e pela ignorância dos reais efeitos de seu ato.

Observe que vivemos num mundo plural onde a regra é a diversidade. Convivemos num meio onde o nível de esclarecimento apresenta enorme dispersão. Lado a lado estamos com grandes sábios e outros pobres em esclarecimento e o conhecimento aplicável ao adequado comportamento muito pouco ou nada tem a ver com títulos ou escolaridade. Desta forma, a princípio desconhecemos quão sábios ou ignorantes são aqueles que nos rodeiam. Da mesma forma o conhecimento utilizável para o norteamento de condutas seguramente não é o mesmo para todas as possibilidades existentes. Seria a nossa deficiência de conhecimento ou a de qualquer outro, um motivo de censura? Se não podemos censurar a ignorância que envolve a todos nós, quer reconhecamos isto ou não, igualmente não é racional censurar condutas inapropriadas que essencialmente são causadas por ela.

Aristóteles há 2.300 anos atrás nos fez ver, pela obra que chegou a nós com o nome de *Ética a Nicômaco*, e que fomos convidados a estudar, que não podemos censurar eticamente animais, pois o exercício da ética pressupõe o uso da razão e neles tal habilidade é inexistente ou muito escassa. Na mesma linha, este notável pensador nos faz ver que o mesmo se aplica à crianças, exatamente pelo mesmo motivo. Immanuel Kant, dentre outros, reafirma tal conceito, nos fazendo ver que a ética não se aplica a seres incapazes de fazer escolhas racionais. Desta forma, apesar de nos precavermos com cobras, racionalmente não as taxamos de más. A mesmo ocorre quando uma criança encontra o revólver do pai e ao brincar de policial com o amiguinho, termina por matá-lo.

Novamente podemos observar que estamos inseridos num processo evolucionário, tanto em termos coletivos quanto individuais. Os membros de comunidades indígenas são por tal fato entre outros, normalmente considerados para fins legais,

como menores de idade e não criminalmente imputáveis. No contexto pessoal, a habilidade racional apresenta uma curva onde os indivíduos são seus pontos. Até mesmo um mesmo indivíduo ao longo dos anos, apresenta capacidade racional diversa. Mais uma vez observamos assim alguns pontos pertinentes a presente discussão. Os indivíduos tem capacidade racional diferente. Se uma criança não pode ser censurada eticamente por ter sua habilidade racional não desenvolvida, a censura aos indivíduos é sempre relativa, pois tal capacidade não é uma constante em nossa espécie. Do mesmo modo indivíduos com anormalidades neurológicas ou distúrbios psiquiátricos igualmente poderão ter sérios comprometimentos ao nível intelectual. Outra questão de grande importância é o de em que medida um dado indivíduo rege seu comportamento por meio da razão. Se observarmos as sociedades humanas, veremos que apenas uma minoria se deixa conduzir pela inteligência. Isto por sua vez nos faz reportar aos limites da natureza humana e obviamente não é racional censurarmos os limites que temos, via de regra, sempre indesejáveis. Isto é, nenhum de nós aprecia sermos criaturas limitadas ou de inteligência limitada. Mais uma vez, neste contexto, os erros que cometemos, pelo menos em grande medida, não podem ser censurados. Alguns de nós aprendemos mais facilmente e outros mais arduamente, a arte de viver.

"O essencial da ética – comportamento adequado – é fazer o bem ao outro." Porém um problema que surge a partir deste postulado é o que é o "Bem"? Sabemos que cada um de nós pode concebê-lo de modo diferente. Pode-se esperar que nenhum comportamento extremamente inadequado possa ser efetuado com base neste princípio. Mas também é razoável esperar ao longo do cotidiano, que atitudes consideradas benéficas por uns possam ser avaliadas como maléficas por outros. Assim, por exemplo, um indivíduo que exerce no dia a dia a civilidade e a cordialidade pode eventualmente ser considerado como um falso mal intencionado.

O comportamento de um indivíduo se faz num determinado meio específico, em relação aos que o cercam e depende de inúmeros fatores circunstanciais. Quando tentamos avaliar as atitudes de um outro, que não nós mesmos, jamais estaremos inseridos nas mesmas circunstâncias do que ele. Isto é, nossa avaliação será sempre relativa pois não somos o mesmo agente que executa a ação considerada.

Como sabemos, o foco da ética é diferente do da política. A ética busca auxiliar o indivíduo para que este encontre o comportamento mais adequado a si mesmo. Neste sentido ninguém melhor que o próprio indivíduo para decidir livremente a conduta a adotar. O contexto da ética não é o de condenação, mas sim o de auxílio.

Sigmund Freud analisou a natureza humana e concluiu existir em nosso ser uma região da qual não temos consciência, o nosso Inconsciente. Tal inconsciente teria como uma das regiões aquela que denominou por Id. O Id seria a sede de nossas energias caóticas inatas: os impulsos sexuais desenfreados; os de agregação e de preservação, graças aos quais temos a esmagadora maioria das criaturas viventes sobre a Terra. Ou seja, espécies que não se reproduzem não persistem. Também residem no Id os impulsos de morte e perversos, que existem devido ao fato que novamente a grande maioria das criaturas necessita para que possa sobreviver, matar direta ou indiretamente o que irá comer. Tal necessidade é observada inclusive em muitos organismos unicelulares.

Equilibrando também tais forças no Inconsciente e controlando inclusive nossas ações a nível consciente – do Ego - existiria o Superego ou SuperEu. O Superego pode ser considerado como análogo a um juiz rigoroso e poderoso, porém tolo. Nos nossos primeiros anos de vida tal juiz redige seu código penal através da influência de tudo aquilo que o rodeia. Com o passar dos anos, nossos julgamentos conscientes são incorporados também, como base de juízo de valor do Superego. O superego como dissemos é tolo, mas bastante criativo: pontos obscuros de seu código de julgamento são preenchidos por analogia com aquilo que já foi estabelecido.

Nos casos em que um indivíduo tem algum domínio sobre outros, pode ocorrer que os efeitos deste juiz repressor possam ser sentidos pelos dominados. Por outro lado há sempre, 24 horas ao dia e todo dia, uma pessoa sujeita a tal juiz, que é o próprio indivíduo que colaborou ativamente, mesmo que deste fato não tenha conhecimento, com a sua formação.

Desta forma, podemos dizer que todas as vezes que julgamos e condenamos aos que nos cercam e todas as vezes que lhes imputamos penas hipotéticas, estamos ensinando uma parcela inconsciente de nós mesmos a como julgar, condenar e com que rigor penas imputar.

Tal fato curiosamente já era conhecido pelos sábios sacerdotes médicos da Grécia antiga, que afirmavam que a deusa justiceira e cruel denominada por Nêmesis, residia no interior de cada um de nós. Provavelmente não é necessário enfatizar os severos distúrbios de ordem psicológica que tal Superego pode ocasionar.

Desta forma, pela abstenção de julgamentos quanto às atitudes de outros, nos preservamos de condenações por nós mesmos, passando gradualmente à esfera do Consciente racional, o controle e o equilíbrio de nossos impulsos primitivos.

Questões:

- O que você achou quanto ao exposto?
- Não censurar eticamente a ninguém por que seus reais motivos são ignorados?
- Não censurar eticamente a ninguém por que suas possibilidades, nível de ignorância e limites pessoais são ignorados?
- Não censurar eticamente a ninguém por que sua capacidade racional é ignorada?
- Cada um de nós tem a tendência de se considerar sabido, inteligente; conhecer as coisas verdadeiras. Não estaríamos sendo pretensiosos? Não seria presunção nossa julgarmos que a nossa noção de 'certo' é única?
- O que você acha de transferirmos a responsabilidade por deliberar sobre o que é 'certo' ou 'errado' para um outro?

- Não censurar eticamente a ninguém por que cada um tem em certa medida uma noção diferente de bem?
- Não censurar eticamente a ninguém para precaver-se de julgamento pelo próprio superego?
- Não censurar eticamente a ninguém por que quanto ao comportamento adequado para cada um, quem tem maior direito de decisão é o próprio indivíduo?
- Não censurar eticamente a ninguém pela relativa incapacidade de se auto-julgar, por carência de auto-conhecimento e ainda por não sermos o agente que efetua a ação?
- Você acha que o acima exposto invalida as tentativas de mútua orientação e o diálogo quanto a questões éticas?
- Você acha que o acima exposto invalida manter na memória as atitudes anteriores bem como as tentativas de previsão dos comportamentos esperados daqueles que nos rodeiam?

Tenho a convicção que este texto é potencialmente bom para você. Entretanto apenas a teoria, mesmo que bem fundamentada, provavelmente não será útil. Se você porventura se convenceu que não há base racional para condenações de indivíduos devido a seus comportamentos eventualmente inadequados, o passo seguinte é o de adotar um comportamento compreensivo e tolerante em relação ao outro.

Um seu amigo
Paul Fernand Milcent